

O PASSADO E A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTOS DECOLONIAIS NA PRÁTICA DA SOCIOMUSEOLOGIA:

Analisando a Exposição Jardim das Memórias.

Matheus Bruno Lima de Freitas¹

Artigo recebido em: 09/03/2022.

Artigo aceito em: 31/08/2022.

RESUMO:

Este artigo, através da exposição Jardim das Memórias na iniciativa cultural do programa Ponto de Memória, procura compreender a mobilização do passado e da memória como uma atitude decolonial que visa a superação de estigmas de marginalização impostos à comunidade do Grande Bom Jardim. Para isso, foram necessárias as leituras teóricas de Mignolo (2016), Maldonado-Torres (2018), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) e Césaire (1995). Assim, analisando a exposição, pretendemos também ressaltar a importância de uma prática sociomuseológica na busca pela construção de um passado próprio, mobilizando os moradores e sua memória, constituindo-se como uma ação decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: Museologia Social; Passado; Bom Jardim; Memória; Decolonialidade.

THE PAST AS A DECOLONIAL INSTRUMENT IN THE PRACTICE OF SOCIOMUSEOLOGY:

Analyzing the “Jardim das Memórias” Exhibition.

ABSTRACT:

This article, through the exhibition Jardim das Memórias in the cultural initiative of the Ponto de Memória program, seeks to understand the mobilization of the past and memory as a decolonial attitude that aims to overcome stigmas of marginalization imposed on the community known as Grande Bom Jardim. For this, theoretical readings by Mignolo (2016), Maldonado-Torres (2018), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres and Grosfoguel (2018) and Césaire (1995) were necessary. Thus, analyzing the exhibition, we also intend to emphasize the

¹ Graduando em História na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisa orientada pela professora Dr. Berenice Abreu de Castro Neves. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1683289024934155>. Email: matheus.bruno@aluno.uece.br

importance of a sociomuseological practice in the search for the construction of its own past, mobilizing the residents and their memory, constituting itself as a decolonial action.

KEYWORDS: Social Museology; Past; Bom Jardim; Memory; Decoloniality.

1. Introdução

A museologia Social originou-se na França, nos anos 1970, influenciado pelo processo político e cultural de descolonização, parte de uma crítica social ao papel dos museus ditos tradicionais, enfatizando a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar. De acordo com Valentino e Soares (2019), o exercício da museologia a partir do trabalho comunitário e do saber, centra-se no desenvolvimento local como serviço sociocultural de lazer, educação, memória, preservação do patrimônio cultural e da identidade de uma população.

Compreender o papel do passado e da memória na prática da museologia social é um passo para entendermos o poder desconstrutivo direto a uma ideologia dominante, que torna natural e afirma a inevitabilidade da desigualdade, favorece a construção crítica do indivíduo no qual os museus são espaços públicos e um local de resistência na medida em que contribui para a valorização das memórias das comunidades em que está localizado. A iniciativa da Museologia Social se articula com o Programa Ponto de Memória e com nossa pesquisa na medida em que se caracteriza como uma iniciativa de desenvolvimento local, no qual não ocorre se a própria população não estiver inserida no processo de tomada de decisões. Logo, percebe-se o papel mobilizador que a iniciativa possui, sendo o museu um mediador entre os atores do desenvolvimento e a própria comunidade.

Segundo Moutinho (2020), a colonialidade não se extinguiu com o fim do colonialismo e com as independências sociais, ao contrário, as comunidades seguem convivendo com um modelo de valorização de saberes eurocêntricos e dominadores que marginalizam as memórias e o passado dessas comunidades. Cabe ainda citar Césaire (1995), no qual ressalta que entre uma interação de dominação há um espaço enorme para a imposição cultural e que continua presente nas práticas cotidianas.

As leituras de Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), Mignolo (2016), Maldonado-Torres (2019), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel(2019) e Césaire (1995) foram de suma importância para o entendimento do conceito de Decolonialidade que pretendo dialogar com a exposição Jardim das Memórias. Inicialmente, a compreensão da decolonialidade como um projeto político é de suma importância na apreensão do conceito, dessa forma compreendemos que a decolonialidade e o pensamento decolonial surgem como uma alternativa para que as comunidades historicamente subalternizadas possam emergir contra as estigmatizações impostas.

Maldonado-Torres (2018) apresenta-se como uma importante leitura na medida em que apreendemos os diferentes conceitos que se relacionam com a decolonialidade e que, por vezes, podem confundir a apreensão. O autor realiza o levantamento e explicação de três conceitos: colonização, compreendido como a formação dos territórios, conhecidos como colônias, submetidos a força dos Estados-Nações europeus do final século XIV; desconolonização, caracterizado como o momento em que a colônia se rebela contra os seus colonizadores; e, por fim, o conceito de colonialidade, elencado como uma lógica global de desumanização. Nesse contexto, o projeto decolonial surge como uma prática oppositora contra a colonialidade que impõe os seus pensamentos sobre comunidades subalternizadas, ou seja, a prática decolonial se apresenta como uma possibilidade de emergência para estas comunidades que sofrem com os estigmas impostos por uma lógica ocidental e eurocêntrica, inviabilizando suas histórias e seu povo.

Segundo Mignolo (2016, p. 6),

A decolonialidade funciona com base na pluriversalidade e na verdade plural, e não na universalidade e em uma verdade única. Como mencionado acima, os primeiros movimentos da decolonialidade devem ser os da desvinculação. Em segundo lugar, ela deve trabalhar pela re-existência. Reexistir é algo diverso de resistir. Se você resiste, você fica preso às regras do jogo que outros criaram, especificamente à narrativa e às promessas de modernidade e da necessária implementação da colonialidade.

Outro importante ponto que caracteriza o conceito de decolonialidade é quanto ao seu caráter plural e heterogêneo. Dessa forma, ao afirmarmos que existiram diferentes tipos de colonizações, por exemplo, a colonização realizada nas ilhas francesas ou a colonização na América Ibérica, pressupõe-se que existiram diversas formas de resistência e descolonização. Assim, a partir desse entendimento, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 21) ressaltam que há “múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder”.

Nesse sentido, percebe-se a Sociomuseologia, enquanto prática de valorização cultural de certa comunidade subalternizada, e dialogando com o conceito de decolonialidade, como um importante instrumento para romper com as práticas coloniais, citada por Moutinho (2020), e entre a relação de imposição cultural elencada por Césaire (1995).

O Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, a partir da consolidação de políticas públicas voltadas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus (MOURA, 2016), implementou no ano de 2009 o Programa Ponto de Memória, em parceria com os programas culturais Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), e o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça. Na comunidade Grande Bom Jardim, localizada na cidade de Fortaleza, foi inaugurado em 2012 o seu Ponto de Memória, buscando a valorização e celebração do passado da própria comunidade.

A metodologia empreendida para a realização do presente artigo se baseou, inicialmente, na apropriação das publicações, livros e trabalhos acadêmicos, que focam no território do Grande Bom Jardim e nos equipamentos sociais e culturais existentes, assim como as reflexões sobre os pressupostos conceituais que embasam a perspectiva dos estudos Decoloniais. Além disso, a metodologia da História Oral forneceu, por meio das entrevistas realizadas, a possibilidade de aproximação direta com a própria comunidade que aqui nos propomos a analisar.

Diante disso, o artigo busca analisar a primeira exposição do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, na tentativa de compreender as articulações envolvendo o passado e a memória da própria comunidade em uma perspectiva decolonial do saber por meio da prática da museologia social. A escolha da exposição Jardim das Memórias se baseou tanto na disponibilidade de fontes e materiais para empreitar a pesquisa como na oportunidade de estudar a prática da museologia social realizada pela iniciativa dos Pontos de Memórias, um aparelho cultural necessário e importante, principalmente quando localizado em uma comunidade que sofre com uma marginalização midiática como a do Grande Bom Jardim.

2. O Programa Ponto de Memória no Território do Grande Bom Jardim.

O bairro Bom Jardim, localizado na região sudoeste de Fortaleza, integra o complexo urbano chamado Grande Bom Jardim, formado por mais quatro bairros: Siqueira, Canindezinho, Granja Lisboa e Granja Portugal. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010, o bairro conta com um contingente de 204.281 mil habitantes, sendo considerado o mais populoso, parte dessa população é fruto de um processo de êxodo rural e modernização que acarretou grande segregação socioespacial em Fortaleza. Entre as décadas de 70 e 80 o território recebeu um grande contingente populacional de pessoas vindo do interior na busca de melhores condições de vida e devido à referida modernização segregacionista, foram legadas aos bairros periféricos, no qual, sofreram e sofrem com falta de investimentos públicos, saneamento básico e a alta criminalidade. Segundo os primeiros moradores, ainda residentes na região, o território tem sua origem datada entre os anos de 1961 e 1962, por meio de um empreendimento imobiliário no qual dividiu a área em lotes. (MAPURUNGA, 2015)

Neste contexto, salienta-se que o Grande Bom Jardim foi palco de intensas lutas sociais e coletivas pela terra e por outros direitos, protagonizadas pelos moradores, muitos dos quais ainda residem no território até hoje. Importante destacarmos que devido ao descaso público, falta de investimento e práticas

discriminatórias excludentes, a imagem do território do Grande Bom Jardim é totalmente marginalizada e estigmatizada, principalmente pelos veículos de comunicação. O Grande Bom Jardim vem contando, ao longo de sua história, com importantes organizações de caráter social que, em parceria com os(a) moradores(a), empreende a luta reivindicatória, como, o Centro de Defesa da Vida Herbert Souza, que atuou na luta pelo acesso à educação básica para crianças e adolescentes no território; Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Rede DLIS), que teve seu surgimento, em 2002, e é constituída por diversas associações de moradores e organizações não governamentais dos cinco bairros que compõem o território.

No contexto do segundo governo de Luís Inácio da Silva, o Lula, mais precisamente em 2008, inicia-se, no Brasil, a articulação do Programa Ponto de Memória, do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), fruto de um processo de políticas públicas, possui o objetivo de identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social, compreendendo que os “excluídos socialmente” deveriam reivindicar seus direitos a memória e a construção de seu próprio passado construído pelos próprios moradores, desvinculando-se de um passado imposto. É dessa maneira que a memória passa a ser mecanismo de busca pela sobrevivência não só cultural, mas principalmente social. (ALMEIDA, 2018).

Iniciado com doze comunidades, escolhidas por serem áreas com os mais baixos IDH (Índice de desenvolvimento Humano) o Programa Ponto de Memória, visava a participação dos grupos coletivos e movimentos sociais no desenvolvimento das práticas de memória em favor das reivindicações sociais, surgindo como um alento para as comunidades que sofrem com a precarização de suas memórias e identidades. O Grande Bom Jardim foi selecionado para integrar as doze experiências pioneiras de Pontos de Memória.

O Ponto de Memória do Grande Bom Jardim é caracterizado como um ponto de celebração de experiências transformadoras e significativas, celebração de lutas, expressões e um instrumento político. (IBRAM, 2016). Marcado pela

inventariação, o ponto de memória possibilitou o envolvimento da comunidade em torno de questões sociais, funcionando como ferramenta para pautar e discutir questões locais. Além disso, através da participação em rodas de memória, inventários participativos, da eleição dos Guardiões da Memória e da doação espontânea de peças e dos acervos pessoais para compor exposições, os moradores da comunidade, puderam se sentir sujeitos da história do seu lugar. As práticas culturais em que os moradores do Grande Bom Jardim se viram envolvidos se tornaram instrumentos importantes para resistir aos estigmas que foram se constituindo, inclusive pelo reforço da mídia, em relação a violência e a precariedade dos serviços públicos à disposição da população mais carente.

Sendo assim, o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim vai de acordo com a ideia proposta por Varine (2014), sendo o museu como um processo, um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem no território, principalmente com os próprios interesses dos moradores. Diante disso, tornou-se um importante instrumento de mobilização do passado em prol da comunidade, além disso, também desempenha um papel político, simbólico e afetivo para uma comunidade, extremamente marginalizada no imaginário fortalezense.

3. A Construção de uma Exposição.

No início do ano de 2012, dez moradores do território do Grande Bom Jardim foram selecionados para a posição de pesquisadores, que viriam a ser chamados de moradores-pesquisadores, na pesquisa intitulada: “Inventário Participativo dos Bens Culturais do Grande Bom Jardim”. Importante esclarecer que os Inventários Participativos é o processo no qual os indivíduos da própria comunidade assumem um papel de identificação e participação, selecionando objetos que desejam mobilizar histórias e memórias do próprio território. Segundo o Manual de Aplicação do IPHAN (2016), o Inventário Participativo, é primordialmente, uma atividade de Educação Patrimonial. Nesse sentido, percebe-se o intuito da construção, por meio da educação, de um processo em que se objetiva

criar uma nova relação entre os moradores, no caso a comunidade do Grande Bom Jardim, e o seu patrimônio, não entendido apenas como o material, mas também o imaterial, por exemplo, a memória dos moradores.

Os moradores-pesquisadores foram selecionados com base nos pré-requisitos de dois editais. Após a seleção, deu-se início à etapa de formação desses pesquisadores sociais. Segundo o IBRAM (2016), foram desenvolvidos três cursos básicos, sendo um de Metodologias Qualitativas de Pesquisa em História, focando na História Oral, Memória e Patrimônio Cultural; um curso de fotografia; e um curso de Cartografia Comunitária Temática. A etapa de formação suscitou na sistematização das informações, pelos moradores, que então realizaram cinco rodas de memória, que seria a primeira ação autônoma dos moradores. As mobilizações das atividades feitas pelos moradores-pesquisadores foram muito importantes não só para fomentar ações de divulgação do projeto na comunidade como também para entrar em contato com moradores do bairro, sujeitos ativos da própria narrativa da história do Grande Bom Jardim. Além disso, é importante ressaltar que, durante as ações feitas pelos moradores-pesquisadores, foram encontrados objetos de muita valia para a história do bairro, por exemplo, a primeira pia batismal da igreja católica do Bairro do Canindezinho, no início do século XX, no qual foi usada na exposição do Ponto de Memória. Ademais, as atividades realizadas pelos moradores-pesquisadores suscitaram também na identificação dos “Guardiões das Memórias”.

Importante refletir a participação desses moradores e a construção em prol de uma memória coletiva do próprio bairro, visando superar estigmas de marginalização que foram disseminados e construir uma própria história da comunidade. Candau (2011) nos conta que não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns. Dessa maneira, a mobilização feita pelos moradores é muito importante para construir a história do Grande Bom Jardim que eles queiram contar, organizando a construção de uma imagem longe de preconceitos e marginalização que foram estigmatizados sobre a comunidade.

4. “Que História queremos contar?”, a Exposição Jardim das Memórias.

No dia 31 de agosto de 2012 ocorreu a exposição “Jardim das Memórias”, evento de inauguração do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, resultado direto da pesquisa realizada pelos próprios moradores-pesquisadores.

Dividida em duas temáticas, “lutas e resistências” e “celebrações”, a exposição homenageia os moradores que historicamente lutaram e lutam pela efetivação de direitos básicos para o território e celebram as matrizes religiosas presentes na história do território. Sendo assim, ressaltando que tanto as lutas por direitos e cidadania como grupos religiosos católicos e de matrizes africanas e ameríndias estão relacionados na história do território. Segundo o documento oficial do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM (2016), os elementos principais da narrativa são a Água, Terra, Carnaúba e Guerreiros.

Figura 1: Entrada para a Exposição “Jardim das Memórias”.



Fonte: Acervo digital do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

Na inauguração da exposição, Adriano Paulino de Almeida, pesquisador, membro, conselheiro-gestor e consultor do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, expõe o significado das narrativas elencadas na exposição,

Jardim da Memória, essa é a nossa primeira exposição. Por que Jardim da Memória? É.. a gente quer entender que é sobre esse chão que fazemos história, que é sobre esse chão que está nossa memória. Então esse é um elemento muito forte pra gente. Incluímos a água... nós somos banhados pelo rio maranguapinho... a água é uma insígnia sagrada para quase todas as religiões se não me falha a memória. A terra é esse solo sagrado. A carnaúba é a diversidade. E os guerreiros são as lideranças que cotidianamente lutam, exigem a efetivação de direitos, exigem a implantação de políticas públicas para o Grande Bom Jardim. É em homenagem a esses guerreiros que a gente está em momento de celebração. Daquilo que nós conquistamos, daquilo que nós somos hoje, graças a esse povo.²

Por meio da fala de Adriano, notamos a preocupação dos consultores em elencar narrativas que dialoguem com a história do território do Grande Bom Jardim, além disso, são elementos que possuem importância para os moradores, por exemplo, o rio maranguapinho. Em entrevista realizada com Pai Neto Trancarua, morador do território e Guardiã da Memória, quando questionado sobre os bens culturais, materiais e imateriais, presentes no território e que este considera de importância para serem preservados, notamos que os bens relatados, em sua totalidade, foram relativos à questão da natureza,

Olha, nós temos um bem, um bem que tá sendo invadido e sendo até privatizado que é o Riacho da Sitonha, que para nós é o marco divisor, o divisor da Granja Lisboa com Caucaia, também nós temos o Rio Maranguapinho, antigamente a gente chamava de Rio Siqueira, que também tem que ser de preservação. Nós temos um terreno aqui próximo ao Caic que é a última terra de gleba de terra que tem assim algumas plantas nativas, apesar de ser pequena, mas também acho que devia ser preservada, essa parte de memória né, coisa existente, os únicos que nós temos, os Canais já são coisas que foram feitas, superficiais, não é mais coisa original. Sim, dentro do Bom Jardim hoje nós temos o Parque da Viúva né que está sendo preservado. Então, é de suma importância esses locais para a gente preservar.³

Dessa forma, notamos a importância da valorização do território, por meio do relato de um membro da comunidade, considerado um dos guerreiros que lutou e luta pela efetivação dos direitos em prol do território, que elenca as narrativas da exposição como os bens que enxergam a necessidade de serem preservados, sendo estes, o rio maranguapinho e terrenos que possuem as plantas nativas do território.

² Transcrito do Registro Audiovisual da Inauguração da Exposição **“Jardim das Memórias”**, ago. 2012.

³ NETO, Miguel Ferreira. Entrevista realizada no dia 31/03/2022, no Centro Cultural do Grande Bom Jardim, CCBJ. Entrevistador: Autor do presente texto.

Cabe aqui ressaltar a homenagem feita aos Guardiões da Memória, moradores reconhecidos pela própria comunidade identificados com um acúmulo de conhecimento e de vivências no bairro. Conceder um espaço de fala e celebração para esses sujeitos ativos na história da comunidade é uma importante ação não só para compreender suas lutas, mas também para valorizá-las.

Em uma sociedade na qual as escolhas de comemoração patrimoniais são perpassadas por um viés eurocêntrico, valorizando uma história hegemônica e desprezando a alteridade, a abertura de um espaço de valorização de sujeitos ativos na história de uma comunidade marginalizada nos mostra aquilo que os moradores querem valorizar, ou seja, uma história do próprio bairro, dos próprios atores locais que antes não tiveram o espaço adequado para se expressar e que, mesmo assim, lutaram por seus direitos. Ademais, a escolha dos Guardiões da Memória do Grande Bom Jardim, e o estabelecimento dos critérios para realizar essa seleção perpassa por um campo de interesses, que dá sentido à pergunta “Que História do Grande Bom Jardim queremos contar?”. Nesse sentido, percebemos a importância da construção de uma própria história do território, valorizando as próprias lutas e o passado.

Segundo Pierre Nora (1984), o lugar de memória tem uma função importante de bloquear o trabalho de esquecimento. Nesse sentido, ceder o espaço, um lugar de memória, para os guardiões da memória, é permitir que suas memórias sejam trabalhadas em prol da comunidade e também evitar que suas lutas e resistências sejam esquecidas com o tempo. O ato de comemorar esses sujeitos ativos, por meio de seu passado de lutas, suas memórias e vivências, é um ato direto contra uma perspectiva hegemônica, demonstrando que o território do Grande Bom Jardim tem sim uma história e pessoas que merecem ser valorizadas e respeitadas enquanto cidadãos. Além disso, denota-se uma tentativa de transformar essa recordação do passado em um questionamento crítico do próprio presente.

Figura 2: Banner expondo alguns dos moradores escolhidos como Guardiões da Memória na Exposição “Jardim das Memórias” realizada no ano de 2012.



Fonte: Acervo do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

Na imagem acima podemos observar os cinco guardiões representados pela exposição: Iolanda Lima, Miguel Ferreira Neto (Pai Neto), Toinha Linhares, Dona Eulália, Dona Iolanda Bezerra. Para Pai Neto, o reconhecimento como Guardião da Memória se traduz em um sentimento de exaltação e ressalta que o Ponto de Memória veio para fortalecer as partes teóricas do bairro e a preservação da memória⁴.

Por meio da entrevista realizada com Miguel Ferreira Neto, mais conhecido como Pai Neto Trancarua, pudemos compreender a ligação que o morador tem com seu território, pelo qual tanto lutou, em diversas oportunidades, como na implantação das primeiras escolas nas imediações do Grande Bom Jardim “[...] A Granja Lisboa não tinha colégios até 95, nos anos de noventa... Os meados de 95

⁴ NETO, Miguel Ferreira. Entrevista realizada no dia 31/03/2022, no Centro Cultural do Grande Bom Jardim, CCBJ. Entrevistador: Autor do presente texto.

para 2000 foi que a Granja Lisboa passou a ter colégios[...]”⁵; fortalecendo movimentos sociais que atuavam na época, como, o movimento habitacional mela-mela “[...] entre a Granja Portugal e o Bom Jardim, então lá... que é o foco do mela-mela, na época construímos cinquenta casas.”⁶

O reconhecimento, por parte do Ponto de Memória, sobre os saberes desses antigos moradores dialoga com Bonaventura (2015) e seu conceito de Ecologia dos Saberes, no qual há o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico.

Assim, os guardiões da memória através de suas incansáveis lutas e identificação territorial são responsáveis pelo entendimento da necessidade de valorizar as “lutas e resistências” dos moradores do Grande Bom Jardim. Nesse sentido, a exposição Jardim das Memórias deseja nos contar uma história que concede destaque às lutas e resistências de cada um dos cinco bairros presentes na formação territorial do Grande Bom Jardim.

Candau (2011) ressalta que não existe um verdadeiro ato de memória que não esteja ancorado nos desafios identitários do presente. Diante disso, nos cabe refletir sobre qual o intuito da valorização das lutas por direitos básicos que os antigos moradores do território do Grande Bom Jardim exerceram e que o Ponto de Memória buscou ressaltar.

O território composto pelos bairros já mencionados possui uma imagem totalmente marginalizada e estigmatizada, principalmente pelos veículos de comunicação, isto ocorre devido aos descasos públicos, falta de investimento e práticas discriminatórias excludentes. Os museus, entendidos por Abreu (2012) como fenômenos sociais, são reflexos dos contextos histórico-cultural e político nos quais foram criados. Logo, o ato de lembrar das lutas do passado, que foram protagonizadas por esses moradores, os guardiões da memória, é um importante ato

⁵ NETO, Miguel Ferreira. Entrevista realizada no dia 31/03/2022, no Centro Cultural do Grande Bom Jardim, CCBJ. Entrevistador: Autor do presente texto.

⁶ NETO, Miguel Ferreira. Entrevista realizada no dia 31/03/2022, no Centro Cultural do Grande Bom Jardim, CCBJ. Entrevistador: Autor do presente texto.

para reivindicar aos moradores atuais todas as lutas e mobilizações que existiram no passado. A necessidade de recordar esses atos é uma necessidade de direitos que são negados aos novos e antigos moradores, evidenciando que ainda há a necessidade de continuar as ações em prol dos direitos básicos e que são negadas pelos atuais representantes políticos, mantendo uma imagem marginalizada do território.

Figura 3: Seção Referente a Manifestação na Osório de Paiva na Exposição “Jardim das Memórias” realizada no ano de 2012.



Fonte: Acervo digital do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

Na imagem acima, o uso da fotografia, enquanto um bem cultural, e um objeto simbólico representante da manifestação, o pneu, como um recurso de transmissão, é um importante fator a ser mencionado. Dessa maneira, os visitantes da exposição podem se sentir mais próximos da história que quer ser contada, um território marcado por lutas e reivindicações. A fotografia relata a queima de pneus na Avenida Osório de Paiva, um protesto feito pelos próprios moradores do bairro exigindo a ampliação da pista, devido aos vários acidentes que estavam ocorrendo na avenida. O projeto de ampliação da Avenida Osório de Paiva foi iniciado apenas em 2018, seis anos após a exposição, registrando mais de 129 fatalidades na região, segundo a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC).

Figura 4: Objetos da seção celebração na Exposição “Jardim das Memórias” realizada no ano de 2012.



Fonte: Acervo digital do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.

Os objetos na imagem acima são expressões religiosas ligadas a culturas africanas e ameríndias que fizeram parte da construção territorial, evidenciando um bairro construído através da pluralidade das crenças. De maneira geral, as minorias étnicas e religiosas são fortemente esquecidas em celebrações ditas oficiais, celebrar essas religiões africanas e ameríndias também vai de encontro a uma perspectiva decolonial, objetivando também perceber a importância de valorizar essas crenças presentes no território e a importância dessas crenças na história do território.

Cabe ressaltar que todos os objetos presentes na imagem foram doados pelos moradores do bairro, ou seja, percebe-se que os moradores queriam ver suas peças em um “museu”, evidenciando uma tomada de consciência e uma tentativa de se fazer presente na construção de uma importante iniciativa para o território. As representações desses objetos como bens compartilhados dos moradores para a comunidade podem no exemplificar uma tentativa de naturalização cultural,

ressaltando que as crenças simbolizadas pelos objetos são importantes para os moradores do bairro e que estão vivas e presentes na história do território.

Rivière (1989) ressalta que um museu social é um “espelho” no qual a população se vê. Diante disso, a presença de uma prática museológica social em uma comunidade tão estigmatizada é uma importante prática de releitura do próprio passado e das identidades culturais pelos próprios moradores, cada um possui a oportunidade de se reconhecer e de se reconstruir na narrativa do outro.

A mobilização desses bens culturais, entendido como aqueles representativos das identidades, exerce justamente aquilo que designamos como prática da museologia social no início do presente texto, ou seja, a valorização cultural, reconhecendo e celebrando objetos representativos de crenças que hoje são extremamente intoleradas por certos grupos. Diante do exposto, percebe-se que, as ações do Ponto de Memória na exposição “Jardim das Memórias”, além de conscientizar o morador da comunidade acerca da história do seu próprio bairro, através de objetos locais, também há a perspectiva da prática da decolonial.

5. Considerações finais.

Constatamos, pela análise, que a exposição realizada pelo programa Ponto de Memória do Grande Bom Jardim promove um sentimento de pertencimento ao território, no qual é celebrado as lutas que ocorreram ali; as plantas nativas, como a carnaúba; e a valorização dos moradores da região, no qual elencam os Guardiões da Memória, promovendo o reconhecimento destes, de suas vivências, mobilizações e conquistas no território do Grande Bom Jardim.

A exposição empreendida pelo Ponto de Memória do Grande Bom Jardim se baseia em perspectiva museológica social na medida em que suas ações buscam o empoderamento da comunidade por parte dos próprios moradores, valorizando suas raízes e objetos que se relacionam com a ocupação do bairro, com as diferentes matrizes religiosas que se encontram no território e com as lutas e movimentos que foram travadas em prol da comunidade.

As ações mobilizadas pelo Programa Ponto de Memória, no ato de abrir um espaço para contar a própria história, rompem com processos de dominação que ocorrem sobre as memórias historicamente marginalizadas, promovendo a tomada de consciência e apropriação do próprio passado pelos moradores do território compreendido pelos cinco bairros, desprendendo-se de uma perspectiva colonial e de dominação do sistema, formando assim identidades e memória coletiva. Ademais, compreender a história do território surge como um importante ato de independência diante de amarras impostas por uma colonização do saber (BONAVENTURA, 2015) e que imobilizou a memória da comunidade.

O passado, a memória e o patrimônio, aqui, são entendidos como instrumentos da singular prática decolonial levantada pela exposição Jardim das Memórias, luta em prol da construção da própria História do bairro, um projeto que vai de acordo com a proposta decolonial de re-existência proposta por Mignolo (2016), ou seja, na medida em que os moradores de uma comunidade que sofreram e sofrem com as constantes negações de direitos básicos reivindicam o direito de poder contar a sua própria história e pelos próprios moradores; dessa maneira, indo diretamente contra os estigmas impostos ao território.

Sendo assim, a exposição Jardim das Memórias nos possibilita o olhar sobre uma possibilidade de ação de um projeto decolonial. Ainda assim não significa que a luta empreendida pelos moradores e pelo Ponto de Memória do Grande Bom Jardim chegou ao fim, outras duas exposições foram realizadas, em 2015 e 2018, nas quais continuam com a perspectiva de valorização do próprio território e dos envolvidos nas mobilizações que, historicamente, fazem parte da comunidade e da luta por direitos básicos.

Apesar da iniciativa comunitária do Ponto de Memória continuar suas ações, não podemos deixar de citar o desmantelamento das políticas culturais federais, especialmente desde 2018, principalmente aquelas voltadas à população pobre e vulnerável do nosso país. A falta de recursos públicos destinados à cultura e a escassez de transparência quanto à documentação oficial nos permite dialogar com a

primeira tese levantada por Maldonado-Torres (2018), na qual compreende-se que a partir do momento que as comunidades subalternizadas reivindicam os seus direitos, ocorre o questionamento da legitimidade, sendo assim, provocando um sentimento de ansiedade para o sujeito-cidadão moderno.

A partir disso, a resposta do sujeito-cidadão moderno contra a ansiedade seria o atraso dos debates e possibilidades de emergência das comunidades historicamente marginalizadas, inviabilizando a oportunidade de questionar e reconhecer seus direitos de mobilizações. Assim, esse atraso pode ser evidenciado, como já citado anteriormente, na escassez de recursos públicos, no desmantelamento de iniciativas culturais e na falta de transparência pública quanto aos direcionamentos por parte do próprio Governo Federal para com essas iniciativas comunitárias e públicas de fomento à cultura.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. A metrópole contemporânea e a proliferação dos “museus espetáculos”. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 53-71, 2012.

ALMEIDA, Littbarski de Castro. **A Periferia Urbana como Lugar da Educação Patrimonial: o Ensino de História no Grande Bom Jardim**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1. Ed., 7. reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social.** Brasília (DF): Phábrica, 2016.

MAPURUNGA, José. **Bom Jardim.** Coleção Pajeú. Fortaleza, 2015.

MIGNOLO, Walter. D. Coloniality is Far from Over, and So Must Be Decoloniality. **Afterall journal**, Londres, n.43, primavera -verão 2017, p. 38-45. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/692552>

MOURA, C. A. **Ponto de Memória:** experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-PA, 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares.** In: Les lieux de mémoire. Tradução: Yara Aun Khoury. I La République, Paris: Gallimard, 1984.

NETO, Miguel Ferreira. **Entrevista.** [mar. 2022]. Entrevistador: Autor do presente texto. Fortaleza: UECE, 2022. Entrevista concedida a pesquisa de Iniciação Científica.

PONTO DE MEMÓRIA DO GRANDE BOM JARDIM. Registro Audiovisual da Inauguração da Exposição “**Jardim das Memórias**”, ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS 78.P DF.

VALENTINO, Ana Cristina; SOARES, Bruno Brulon. Hugues de Varine. In. SOARES, Bruno Brulon (org.). **A History of Museology: Key author of museological theory.** Paris. ICOFOM, 2018.

VARINE, Hugues. O museu comunitário como um processo continuado. **Cadernos de Memória do Oeste de Santa Catarina**, a. 27, n. 41, dez. 2014.